

ESCOLA RURAL/RIBEIRINHA, CURRÍCULO E INTERCULTURALIDADE: UM PROJETO POSSÍVEL?

Jarliane da Silva Ferreira

Eixo 4: Organização do Trabalho Pedagógico nas escolas públicas na Educação Básica (projeto político pedagógico, gestão, currículo, avaliação, cultura, políticas de acesso e permanência).

Resumo: O presente artigo traz resultados de uma pesquisa realizada no contexto do Mestrado em Educação, vinculado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Trata de uma investigação realizada em uma comunidade rural/ribeirinha do município de Benjamin Constant na região do Alto Rio Solimões/AM. O estudo analisou de que forma as temáticas da vida, dos saberes, da cultura, do rio e do mundo ribeirinho aparecem e são trabalhados (ou não) na escola. Verificou ainda a existência (ou não) de um projeto pedagógico de escola rural/ribeirinha. A pesquisa constatou uma série de desafios para o trabalho pedagógico com as temáticas que integram a vida, cultura, o mundo dos/as educandos/as ribeirinhos. Pois, este espaço foi marcado historicamente como inferior, atrasado e recebeu, na maioria das vezes, por parte do Estado, atendimento na perspectiva de políticas compensatórias. Consequentemente, os significados e valores, de certa forma, não são bem vindos ao contexto escolar, sendo silenciados no currículo.

Palavras-chave: Escola rural/ribeirinha. Interculturalidade. Currículo.

Introdução

A Região do Alto Solimões pertencente à Amazônia é constituída por uma variedade de ecossistemas e biodiversidades considerados patrimônio natural da humanidade. É constituída por nove (09) municípios¹ que se desenvolvem em um espaço transfronteiriço – Brasil, Peru e Colômbia – abrangendo uma área de 214 mil km².

Possui uma diversidade de povos com saberes, habilidades, costumes e valores próprios que torna a região um espaço inter/multicultural, com populações cujas diversidades cultural, social e étnica sustentam a riqueza sócio-histórica da referida região. Sua população contabiliza mais de 94.000 habitantes, aos quais 41,95% residem em comunidades rurais da Amazônia.

A comunidade rural/ribeirinha Boa Vista, *lócus* da pesquisa, localiza-se no município de Benjamin Constant/AM em um ecossistema de várzea no Alto Rio Solimões. Neste ecossistema, as terras representam para a população que nela vive uma relação de propriedade provisória, dependendo de sua utilização para o trabalho (CHAVES, 1990).

São terras baixas inundadas periodicamente, cobrem aproximadamente 2% da Amazônia Legal, e são ocupadas em grande parte por caboclos ribeirinhos (FABRÉ, et al,

¹ Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutai, Santo Antonio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins

2007), populações tradicionais que têm suas vidas inseridas num modo peculiar de viver, trabalhar e construir saberes. Este modo de vida é marcado por uma cultura diferenciada, caracterizada principalmente pelo contato com as águas, terras e floresta (FERREIRA, 2008).

São esses homens e mulheres que decidem o que manter, criar e desenvolver em cada ecossistema, por meio de um conjunto de recursos, técnicas e ricas estratégias (AMÂNCIO, 2000), eles são camponeses amazônicos possuidores de uma vasta experiência na utilização e conservação da biodiversidade e da ecologia dos ambientes onde vivem e trabalham (BARREIRA, 2007).

A escola que nasce e se desenvolve nesses territórios possui extrema importância para a reprodução social das populações ribeirinhas que ocupam as margens dos diversos rios de águas da bacia do Amazonas (FABRÉ, et al, 2007). Apesar da peculiaridade e riqueza dessas localidades, marcada pela subida e descida das águas, a política de educação escolar tem sido predominantemente pautada no modelo urbanocêntrico e reproduzindo fortemente a desvalorização do modo de vida ribeirinho, reforçando o êxodo rural.

Essa desvalorização, marcada pela pouca atuação do Estado, há um considerável índice de jovens e adultos não alfabetizados e de pessoas com tempo de escolaridade inferior a quatro anos. Possui um baixo IDH e índices do IDEB (2011) nos anos iniciais do Ensino Fundamental que variam de 3,0 a 3,5 nas escolas públicas municipais. Esses baixos indicadores sociais e humanos refletem o peso do tratamento subalterno que a população rural/ribeirinha recebeu historicamente.

Caminhos Metodológicos da pesquisa

A pesquisa foi realizada em comunidade rural/ribeirinha do município de Benjamin Constant/Alto Rio Solimões-AM objetivando analisar como a escola tem contemplado o mundo rural/ribeirinho em sua proposta pedagógica, ou seja, de que forma as temáticas da vida, dos saberes, da cultura, do rio e do mundo ribeirinho aparecem e são trabalhados (ou não) no currículo da escola.

Metodologicamente a pesquisa fundamentou-se na etnografia aplicada à educação (ANDRÉ, 2005) nas constantes pesquisas de campo realizadas que possibilitou a prática de uma postura participante e ativa.

Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados a observação participante e a entrevista. A observação participante significou a inserção na realidade investigada. Houve a participação e observação intensa do dia-a-dia da escola e da vida da comunidade, as

festividades, os processos de ensino, as idas e vindas dos professores e estudantes, os desafios enfrentados nas diferentes funções que os docentes assumem.

A entrevista foi imprescindível para o entendimento das problemáticas, do objeto de estudo, além de facilitar o entendimento das perspectivas dos sujeitos. Neste processo, foram entrevistados 03 professores, 02 comunitários, 15 estudantes como amostragem da investigação.

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Boa Vista pertencente à comunidade rural/ribeirinha localizada na Ilha do Bom Intento, na confluência do Rio Javari com o Solimões. Situa-se 4,0 km em linha reta, do porto do município de Benjamin Constant.

Essa comunidade ribeirinha é marcada pela subida e descida dos rios da região, com início da enchente geralmente no mês de dezembro e atinge os meses seguintes até abril. O período das cheias do rio, marcada pela intensificação do volume de água, corresponde aos meses de abril e maio. A etapa seguinte, correspondente aos meses de junho a agosto, chama-se tempo da vazante, alcançando o ápice entre os meses de agosto a outubro, ocorrendo a seca da região.

Neste contexto, todas as atividades agrícolas, o trabalho, a relação com a cidade, o ensino, o lazer, a religiosidade estão intimamente ligados com o subir e descer do rio, “a relação do caboclo ribeirinho com a água que atravessa seu cotidiano se torna de importância vital para compreensão desse homem e do universo que o habita” (FRAXE, 2004, p. 296).

Relatos da pesquisa: o cotidiano de uma escola diferenciada

No momento inicial das práticas de campo – período correspondente ao mês de abril de 2009 – a comunidade Boa Vista encontra-se totalmente alagada, período das cheias no município de Benjamin Constant. As aulas são interrompidas por tempo indeterminado, dependendo do tempo da vazante, época em que, então, são reiniciadas.

Sáímos do porto da sede da cidade às 08h30min em um barco conhecido na região por “peque-peque” – pequena embarcação muito utilizada na travessia para as comunidades rurais e para a cidade vizinha: Islândia/Peru.

Chegando à comunidade – com apenas vinte minutos de trajeto – observa-se as casas (palafitas) que, mesmo sendo construídas com uma altura considerável, não escapam das águas das cheias. São casas alagadas, talvez com o terceiro piso já erguido, para evitar o contato com a água.

Percebe-se o descaso com que as populações ribeirinhas são tratadas, abandonadas à própria sorte e aguardando as águas baixarem. Neste período, os ribeirinhos permanecem em suas casas e as aulas são interrompidas. O professor explica que as aulas vão ser todas trabalhadas (repostas) ao final do ano e aos sábados. Almeida (2005) afirma que, neste contexto, o Estado deixa nas mãos de professores – com pouca formação, com baixos salários, sem planos de carreira – o sucesso pela qualidade pedagógica nestas escolas. Estes professores figuram no cenário como os únicos responsáveis pelo sucesso escolar.

Inicia-se a pesquisa de campo diretamente na escola Boa Vista a partir de maio, devido o tempo das cheias, que se prolongaram no ano de 2009. Saímos geralmente do porto da sede da cidade às 6:30h, juntamente com os dois professores que trabalham na escola Boa Vista e mais uma criança de 6 anos, neta do professor, que reside na sede da cidade e efetivamente matriculada na escola em estudo. Seu avô/professor me informa que é uma companhia para ele e que no outro ano será matriculada em uma escola da sede do município.

Há muita tensão ao entrar no barco, pois era muito pequeno e sem cobertura. Estas são características da maioria dos transportes – peque-peque – que trafegam pelo rio Javari (afluente do rio Solimões que banha o município de Benjamin Constant): são barcos pequenos e sem cobertura, que viajam às vezes superlotados, com crianças e todos sem coletes salva-vidas.

A travessia realizada cotidianamente pelos professores e um aluno é bastante perigosa. Saem sempre às 6:30h, num barco muito pequeno, sem cobertura, onde mal cabem os três, arriscando alagar a qualquer momento. O professor, que também dirige o barco, é um senhor de 65 anos de idade, com “vista curta”, como ele mesmo afirma, reclamando. A criança de apenas seis anos (seu aluno/neto) vai sempre à proa (parte da frente do barco) com um pequeno remo alertando para os perigos que se aproximam. Cumpre assim importante função, como um guia para o professor.

A professora fala que já está acostumada com a precária situação e com a falta de segurança. Diz que não fica mais com medo e, que está cansada de reclamar na Secretaria da Educação e para a coordenação do Pólo². Com resignação, afirma que não vê mais solução para este problema e, como tem que trabalhar, o jeito é se arriscar todos os dias.

Os/as educandos/as ribeirinhos/as da Escola Boa Vista

² As escolas rurais fazem parte de um sistema de Pólos Rurais que integram as escolas mais próximas a fim de garantir o direito das crianças ao acesso escolar.

Os/as educandos/as da escola em estudo são crianças e jovens que têm suas vidas inseridas num modo peculiar de viver, trabalhar e estudar. Este modo de vida é marcado por uma cultura diferenciada, caracterizada principalmente pelo contato com as águas, de onde retiram o sustento para eles e suas famílias. Muitas destas crianças já começam a lidar com a pesca e a agricultura desde muito cedo, ajudando seus pais e com entusiasmo, participam do sustento diário de suas famílias.

São ribeirinhos: denominação que é geralmente usada para caracterizar os “pequenos produtores que têm nas terras de várzea o seu espaço social organizado [...]. Diferencia-se do pequeno produtor da terra firme, não só por ocupar um espaço físico diferente, mas também por sua relação com a terra” (CHAVES, 1990, p. 25) e com a água.

Barreira (2007) afirma que este caboclo/ribeirinho, camponês da Amazônia, possui uma singularidade construída e reconstruída neste amplo contexto que envolve terra, floresta e água.

[...] esta singularidade oferece uma gama complexa e rica de fatos, apresentando uma realidade prenhe de significados sociais. [...] Principal ancestral os “índios das águas” [...] possuidor de um *capital social* que torna parte de um agrupamento humano bem-sucedido nos seus processos adaptativos. A adaptação é constituída na compreensão correta da relação entre o *tempo de abundancia* e o da *escassez* principalmente, na articulação do meio ambiente com o “ciclo das águas” (p. 12).

Estes sujeitos retiram seus sustentos das águas, da floresta, caracterizando assim uma auto-sustentação ligada a um equilíbrio e respeito ao tempo da própria natureza. Muitas vezes este tempo não é entendido pelo homem que não vive neste contexto – que chama os ribeirinhos de preguiçosos, atrasados, descansados. Ocorre o contrário: estes homens sabem e respeitam o tempo das águas, o tempo da desova, o tempo de descanso da terra; conhecem o enriquecimento do solo nas terras de várzea após as enchentes. “A relação homem-natureza é tecida em uma perfeita simbiose, em um ‘delicado equilíbrio entre a vida humana e a biodiversidade’” (BARREIRA, 2007, p. 11).

Este homem vive e pensa o tempo presente e futuro com esperança de terra boa para plantio, de águas não muito altas em tempos de enchente. E vive nesta “terra/água” com resistência, garantindo a continuidade das suas futuras gerações.

Ainda segundo o mesmo autor, o homem do contexto rural da Amazônia:

Não é um homem qualquer [...] e sim o “camponês amazônico”, que condensa o índio, o seringueiro, o quilombola, o caboclo, o ribeirinho e o *caboclo/ribeirinho*,

possuidor “de vasta experiência na utilização e conservação da biodiversidade e da ecologia dos ambientes terra, floresta e água, onde trabalham e vivem” (p. 11).

No período de agosto a outubro, marcado pelas secas da região, é comum as crianças ajudarem na plantação de melancia, feijão, jerimum e verduras. Diferentemente de outras regiões do país, há mais fartura nesta época. O período das secas é utilizado principalmente para o plantio e a colheita de alimentos. O que dificulta é a falta de água potável, pois o rio seca de tal forma que os ribeirinhos ficam sem água para beber, lavar, regar, e às vezes até para tomar banho.

As crianças e adolescentes que estudam na escola Boa Vista são educandos com faixa etária de seis a dezesseis anos. São divididos em duas turmas – as únicas da escola – que correspondem às séries iniciais do ensino fundamental. A escola não oferece educação infantil, sendo que havia promessa de atendimento para ano de 2010; as crianças de seis anos são matriculadas na 1ª série (2º ano) do Ensino fundamental, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996, Art. 32).

A escola funciona somente pelo turno da manhã, com os anos iniciais do ensino fundamental: sendo uma turma de 1ª série e a outra multisseriada. A turma multisseriada atende da 2ª à 4ª série do ensino fundamental.

Tabela 1

Distribuição dos alunos por série, sexo, faixa etária nas duas turmas – ano letivo 2009

Turmas	Séries Iniciais do Ensino Fundamental	Sexo		Faixa etária	Total
		Masculino	Feminino		
01	1ª série	11 meninos	11 meninas	6 a 10 anos	22 alunos
02	Multisseriado: 2ª, 3ª e 4ª séries	8 meninos	10 meninas	8 a 16 anos	18 alunos

Tabela 2

Distribuição dos alunos por série e idade na turma multisseriada – ano letivo 2009

Séries Iniciais do Ensino Fundamental	Número de alunos		Faixa etária	Total de alunos
	Masculino	Feminino		
2ª série	03	02	8 a 10 anos	05
3ª série	04	02	11 a 13 anos	06
4ª série	01	06	14 a 16 anos	07

Geralmente as aulas na escola Boa Vista seguem o mesmo ritual. Os professores chegam, limpam as salas de aula. Organizam as carteiras. Aguardam os educandos que

chegam aos poucos. As aulas iniciam normalmente por volta das 7 horas e 45 minutos com os professores relembrando o conteúdo do dia anterior.

O tempo escolar é um fator que deve ser discutido no projeto de escola ribeirinha, considerando o horário de início da aula que é geralmente às 7 horas e 45 minutos ou 8 horas; o intervalo de 30 a 45 minutos quando tem merenda; o tempo que os professores preparam a merenda, quando não há comunitários para este serviço. Há ainda o comprometimento do tempo escolar quando as aulas são encerradas às 10 horas e quando não há merenda na escola. Neste sentido, fica aproximadamente 2 horas de aula. Então há uma necessidade de rediscutir o horário de início e término das aulas nesta escola e um olhar diferenciado para esta questão nas escolas rurais/ribeirinhas, com base na realidade e na legislação que estabelece 200 dias letivos de aula. Esses 200 dias também ficam comprometidos, pois quando chove não há condições de chegar à escola já que há um enorme perigo em atravessar o rio com muito banzeiros.

Outro momento que dificulta a concretização das aulas é o problema do transporte dos professores, pois, eles têm de enfrentar viagens todos os dias em um motor pequeno, sem cobertura, com perigo de alagações quando o rio está mais agitado.

O problema do transporte escolar é indiscutivelmente um dos que teria prioridade em ser resolvido, pois este afeta o tempo escolar e o cumprimento dos dias letivos. Acrescenta-se e problematiza-se principalmente a garantia e respeito à vida das pessoas, desde os professores e alunos/as que também utilizam este meio de transporte para chegar à escola, principalmente no período das cheias. E considerando que as escolas do município recebem financiamento diretamente de Programas governamentais (Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar / Caminho da Escola), os setores competentes precisam garantir a utilização deste recurso a fim de possibilitar o acesso e a permanência dos educandos na escola.

Outro ponto preocupante são as diferentes funções que o professor rural exerce que vão além do trabalho pedagógico. Os professores limpam a escola, muitas vezes, preparam a merenda e ainda lavam as vasilhas das crianças menores. Os professores dirigem o barco para chegar e sair da escola. Eles organizam e financiam as festas na escola juntamente com os pais e comunitários, na maioria das vezes sem apoio dos órgãos responsáveis.

Além dessas problemáticas, na escola rural/ribeirinha os conteúdos, os interesses, as problemáticas vivenciadas pelos próprios ribeirinhos aparecem pouco na escola, sendo necessário o trabalho com problemáticas, interesses, cultura, crenças locais. Victória (2008) afirma que as escolas rurais/ribeirinhas possuem elementos importantes de cultura como a

indígena e cabocla, que tanto têm a nos ensinar, no entanto, as práticas pedagógicas costumam desconsiderar essas singularidades, tornando a escola rural/ribeirinha como:

Uma cultura que, frequentemente, não é valorizada e é até mesmo pouco estudada. O currículo das escolas ribeirinhas necessita contemplar elementos de compreensão dessa realidade por elas vividas. Trata-se de uma escola que tem suas diferenças, suas características, suas marcas, e que precisa ser respeitada enquanto escola que abriga um outro modo de viver as relações pedagógicas e cujo currículo precisa voltar-se para suas necessidades cotidianas (VICTÓRIA, 2008, p. 77).

Para Santomé (1998), o mundo rural e ribeirinho costuma ser silenciado nas intenções e ações pedagógicas. Então, há necessidade de rever velhos conceitos, persistentes paradigmas e antigas atuações pedagógicas e anunciar novas formas de atuação nestes espaços concretos e ricos de experiências, conhecimentos e possibilidades.

Escola rural/ribeirinha: um projeto possível?

A escola rural/ribeirinha necessita ser um espaço para a difusão de valores e conhecimentos para a sustentabilidade dos ecossistemas e manutenção dos recursos naturais que são a base para reprodução social dos grupos humanos que ali habitam (FABRÉ, et al, 2007).

Para isso, os saberes tradicionais, as crenças, a cultura das populações ribeirinhas precisam ser consideradas nas discussões de um projeto de escola que se caracteriza por ser diferenciada em seus aspectos sócio-político, cultural e pedagógico.

Até quando os conhecimentos tradicionais, a conservação e manutenção ambiental, os sistemas de produção das populações ribeirinhas vão ficar fora da proposta escolar? Santomé (1998) explicita que é forte a presença abusiva das denominadas culturas hegemônicas nas práticas escolares; as culturas, as vozes dos grupos sociais e minoritários e/ou marginalizados, que não dispõem de estruturas importantes de poder, costumam ser silenciadas.

Nesta perspectiva, o que compõe o imaginário das populações ribeirinhas e indígenas da Amazônia, os diferentes modos de ser, de produzir, de conceber, de entender o mundo/natureza precisam ser acolhidos nas ações e intenções de ensino.

Cunha e Almeida (2002) afirmam que:

Os conhecimentos que as populações têm da floresta que habitam é verdadeiramente enciclopédico, no sentido de cobrir áreas variadas: desde a madeira linheira que serve para a mão de obra de uma casa; em enviras que prestam para amarrá-las; as

fruteiras que o porquinho ou o veado preferem e debaixo das quais é quase certo caçá-los; os solos ideais para plantar o milho, o tabaco, o jerimum; a maneira de trançar as palhas de uricuri para fazer telhados; as iscas preferidas do caparari, do mandim, do pacu; os sonhos; os presságios; as maneiras de ter sorte na caçada. Os pés de seringa, cada um deles, e o modo adequado de preparar as estradas, empausar, embandeirar, raspar, cortar a madeira. Modos de fazer, modos de pensar, modos de conhecer (p. 15).

Estes devem ser gestados:

Desde o ponto de vista dos camponeses **amazônicos** e da trajetória de luta de organizações. Isto quer dizer que se trata de pensar a educação (política e pedagógica) desde os interesses sociais, políticos, culturais de um determinado grupo social; ou trata-se de pensar a educação (que é um processo universal) desde uma particularidade, ou seja, desde os sujeitos concretos que se movimentam dentro de determinadas condições sociais de existência em dado tempo histórico. A educação do campo assume sua particularidade, que é o vínculo com sujeitos sociais concretos, e com um recorte específico de classe, mas sem deixar de considerar a dimensão da universalidade [...] (CALDART, 2004, p. 17) [grifo meu].

Este momento é uma novidade histórica com a discussão e implementação da nova Política da Educação do Campo é a possibilidade efetiva dos homens e mulheres que residem e trabalham em espaços rurais assumirem a condição de sujeitos de seu próprio projeto educativo (Caldart, 2004).

Nesse sentido, abordam-se alguns elementos para reflexão na construção de um projeto de escola rural/ribeirinha:

- a) Calendário escolar: que considere o período das cheias e secas dos rios. Período de cheias (fevereiro/março) e período das secas (agosto e setembro) que é associado ao tempo de plantar e colher. Pois, ainda vigora o mesmo calendário das escolas da sede da cidade o que se torna um “calendário fictício” para a realidade ribeirinha.
- b) Tempo escolar: realização de debates com todos os envolvidos para pensar em alternativas que garantam o tempo escolar de 20 horas semanais de aula (correspondente a 200 dias letivos), conforme a lei estabelece e de acordo com as peculiaridades da região.
- c) Discutir possibilidades de interrelação curricular das escolas ribeirinhas com as escolas da área urbana. A relação área urbana e rural deve ser de complementariedade, pois os alunos, ao concluírem o 5º ano do ensino fundamental,

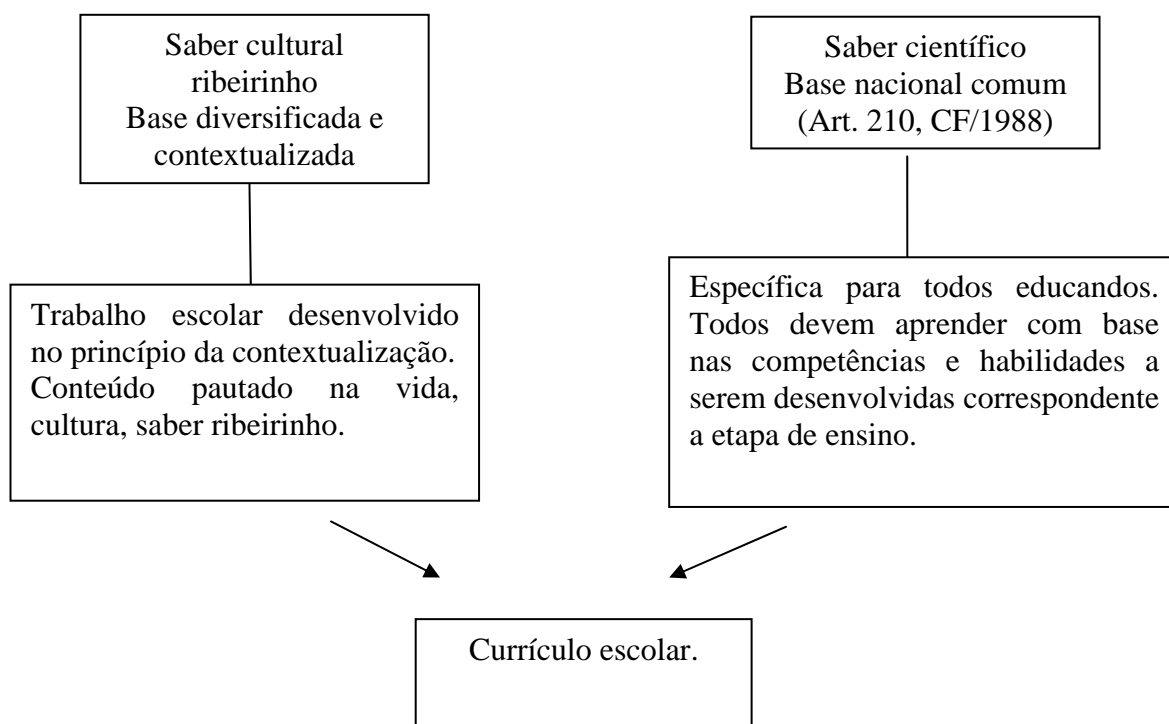
precisam dar prosseguimento aos seus estudos (quando podem, pois muitos desistem) e vão para as escolas da sede da cidade e lá se sentem como “estranhos no ninho” aumentando o índice de desistência e de reprovações.

d) Garantia de formação inicial e continuada de professores na perspectiva de uma educação intercultural crítica e do respeito e valorização da diferença e mundo rural/ribeirinho.

e) A inserção do contexto sociocultural dos educandos na escola ribeirinha: esta inserção não é algo simples, principalmente quando este contexto rural/ribeirinho historicamente carregou e carrega o peso das desigualdades, da baixa qualidade de vida, de situações de pobreza/miséria. Espaços que são considerados como atrasados, inferiores e até em extinção. A inserção do real contexto sociocultural do mundo rural/ribeirinho é a possibilidade de entender e intervir política e criticamente nas situações que se apresentam cotidianamente na vida dessas populações.

f) Conteúdos culturais: são saberes da comunidade, desde crenças, lendas, “causos”, histórias, habilidades, problemáticas, as lutas, os movimentos sociais, a relação com a cidade, os interesses, seus sistemas de produção, os trabalhos, a agricultura familiar, a ciência e tecnologia dos ribeirinhos.

Defende-se uma pedagogia diferenciada que articule o saber cultural ribeirinho com o saber científico com base nos estudos de Santomé (1998, p. 101).



Satomé (1998) enfatiza que:

Os estudantes têm conhecimentos prévios, conceitos, experiências de vida, concepções de vida, expectativas, preconceitos aprendidos fora da escola, nos contextos familiares, de bairro e especialmente na mídia. Uma escola antimarginalização é aquela na qual todo esse conhecimento prévio, quase sempre de maneira passiva, é comparado com ajuda da crítica, construída e reconstruída democraticamente, levando sempre em consideração as perspectivas de classe social, gênero, sexualidade, etnia e nacionalidade (p. 150).

Considerações finais

A presente pesquisa foi realizada no contexto do Mestrado em Educação – PPGE/UFAM – onde se percebeu a forte característica de uma escola urbana localizada em uma área rural/ribeirinha, com conteúdos do currículo comum nacional (C/F, Art. 210), sem calendário próprio e uma proposta pedagógica diferenciada que atendam as peculiaridades e interesses das populações tradicionais ribeirinhas que habitam a região do Alto Rio Solimões.

A escola não tem utilizado os conhecimentos, a cultura, as problemáticas, as habilidades, as crenças dos sujeitos ribeirinhos que estão inseridos em seu contexto. O mundo ribeirinho aparece timidamente nos conteúdos e ações desenvolvidas. O rio – simbolicamente apresentado para expressar a cultura, a vida ribeirinha e o próprio movimento de descida e subida do rio – ainda não entra fortemente na escola.

A escola Boa Vista não possui um projeto político pedagógico próprio, há apenas tentativas de implantar metodologias diferenciadas a partir das concepções da Escola Ativa, um programa de formação continuada de professores que atuam em escolas multiseriadas. Há apenas um início de discussão das novas políticas da Educação do Campo por meio também do referido programa, mas percebe-se ainda que há muito o que fazer.

Então, há necessidade de pensar na possibilidade da construção de um projeto de escola ribeirinha. Pois, a escola não pode mais servir como forma de dominação/discriminação ao mundo ribeirinho. A escola precisa auxiliar na construção de uma identidade ribeirinha e no entendimento dos mecanismos de discriminação e de negação de valores culturais. Ainda são muito constantes as falas de “estudar para sair do espaço rural”; da cidade como “lugar melhor para viver”. O mundo ribeirinho ainda é visto como “lugar de fracasso e em extinção”. Estas concepções precisam ser superadas.

Referências

- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **A educação rural como um processo civilizador**. In: Histórias e Memórias da Educação no Brasil. vol. III: Século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- AMÂNCIO, Robson. Gestão em assentamento e poder público. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000.
- ANDRÉ, Marli E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- BARREIRA, César. Prefácio. In: WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2007.
- CALDART, Roseli Salete. **Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo**. In: Por uma Educação do Campo: Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo. Vol. 5. Brasília, 2004.
- CHAVES, M^a do Céu Câmara. Iranduba: **Ribeirinhos na travessia produzida** – análise de um projeto para populações rurais no Estado do Amazonas. Rio de Janeiro: IESAE, 1990.
- CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa da (Orgs). **Enciclopédia da floresta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FABRÉ, Nidia Noemi, et AL (Org.). **Sociobiodiversidade e conservação da várzea amazônica**. Manaus: PYRÁ, 2007.
- FERREIRA, J. da S. Educação rural ou Educação do Campo: outros olhares, novos desafios da educação em contextos rurais. Artigo apresentado no XX Seminário do Mestrado em Educação. PPGE/UFAM, 2008.
- FRAXE, Therezinha J. P. **Cultura cabocla ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. São Paulo: Annablume, 2004.
- SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.
- SOUZA, Marinez França de. **Currículo das águas: vida, escola e formação ribeirinha no município de Nova Olinda do Norte/AM**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação/Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM, 2005.
- VICTÓRIA, Cláudio G. de. **Desafios do cotidiano na formação e práxis dos educadores de uma escola ribeirinha no município do Careiro-AM** – Manaus: UFAM, 2008.